



Número: **0802087-75.2019.8.15.0311**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **1ª Vara Mista de Princesa Isabel**

Última distribuição : **17/12/2019**

Valor da causa: **R\$ 1.000,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ELIZABETE BARBOSA DA SILVA (AUTOR)		HAROLDO MAGALHAES DE CARVALHO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
27135 623	17/12/2019 14:53	Petição Inicial	Petição Inicial
27135 629	17/12/2019 14:53	Petição Inicial	Outros Documentos
27135 634	17/12/2019 14:53	Quesitos	Outros Documentos
27135 637	17/12/2019 14:53	Procuração	Procuração
27135 639	17/12/2019 14:53	Declaração de Hipossuficiência	Documento de Comprovação
27135 642	17/12/2019 14:53	RG - CPF	Documento de Identificação
27135 645	17/12/2019 14:53	Comprovante de Residência	Outros Documentos
27135 855	17/12/2019 14:53	Boletim de Ocorrência	Documento de Comprovação
27135 859	17/12/2019 14:53	Pagamento de Indenização	Documento de Comprovação
27135 864	17/12/2019 14:53	Boletim de Atendimento Médico 01	Documento de Comprovação
27135 868	17/12/2019 14:53	Boletim de Atendimento Médico 02	Documento de Comprovação
27135 870	17/12/2019 14:53	Boletim de Atendimento Médico 03	Documento de Comprovação
27135 871	17/12/2019 14:53	Boletim de Atendimento Médico 04	Documento de Comprovação
27168 403	18/12/2019 10:02	Despacho	Despacho
30759 994	18/05/2020 17:57	Petição	Petição
30759 997	18/05/2020 17:57	Petição - Elizabeth Barbosa da Silva	Outros Documentos
30760 549	18/05/2020 17:57	Simulação de Custas - Elizabeth Barbosa da Silva	Documento de Comprovação
30760 551	18/05/2020 17:57	CTPS ELIZABETE	Documento de Comprovação
30773 703	19/05/2020 21:26	Decisão	Decisão

PETIÇÃO INICIAL E DOCUMENTOS EM ANEXO.





AO JUÍZO DE DIREITO DA ____ VARA MISTA DA COMARCA DE PRINCESA ISABEL/PB.

ELIZABETE BARBOSA DA SILVA, brasileira, solteira, agricultora, portadora da Cédula de Identidade nº2338977, 2ª via SDDS/PB, inscrita no CPF/MF sob o nº 040.416.524-99, residente e domiciliada na Rua Jose Alves de Medeiros, s/n, Cruzeiro, Princesa Isabel/PB, CEP: 58.755-000, por seu procurador *infra-assinado*, conforme Instrumento de Mandato anexo, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, **com base na Lei nº 6.194/74 e suas alterações posteriores, nos termos dos artigos 319 e 320 do Código de Processo Civil**, propor a presente

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT

em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, sediada à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 20.031-205, pelos motivos de fato e direito a seguir aduzidos:

Praça 15 de Novembro, 124, Centro, Triunfo - PE
CEP: 56.870-000 - Fone/Fax: (87) 3846-1036
hmc.advocacia@gmail.com





I – DA CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA

Inicialmente, ressalta-se que a parte Autora, temporariamente, não tem condições de arcar com as custas e despesas processuais, bem como honorários advocatícios sem prejuízo do sustento próprio e de sua família, nos termos do artigo 98 e seguintes do Código de Processo Civil, por ser pobre da forma da Lei, conforme Declaração e CTPS em anexo.

Assim, desde já REQUER a Vossa Excelência, a compreensão da situação, para que conceda os benefícios da Justiça Gratuita à parte Autora, uma vez que, neste momento, não dispõe de recursos financeiros suficientes para o pagamento de custas e despesas com o processo, além de honorários advocatícios, nos termos do artigo 98 e seguintes do Código de Processo Civil.

II – DOS FATOS E FUNDAMENTOS JURÍDICOS DO PEDIDO

A parte Autora fora vítima em **acidente de trânsito** causado por veículo automotor em **12/12/2017**, consoante **Boletim de Ocorrência** em anexo, estando o automóvel garantido pelo Seguro Obrigatório DPVAT.

Em consequência do citado evento danoso, a parte Autora sofreu diversas lesões e traumas, conforme demonstrado no **Boletim de Atendimento Hospitalar**, a ensejar o pagamento da indenização instituído pela Lei nº 6.194/74 e suas alterações posteriores, que trata do Seguro Obrigatório DPVAT.

Desta forma, a parte Autora formulou perante a Seguradora Ré, pedido de indenização por invalidez permanente, a qual se refere o Seguro Obrigatório DPVAT, quando então recebeu a importância de **R\$ 2.531,25** (dois mil, quinhentos e trinta e um reais e vinte cinco centavos), conforme anexo, **em desconformidade com a citada Lei, como restará comprovado durante a instrução processual através da Prova Pericial**, desde já requerida.

Como é sabido, o DPVAT é o seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres criado pela Lei nº 6.194/74, com o fim de amparar as vítimas de acidente de trânsito em todo território nacional, e prevê indenizações em caso de morte, invalidez permanente, total ou parcial, além de despesas de assistência médica e suplementares, cujo valor máximo da indenização prevista no art. 3, inciso II, da Lei nº 6.194/74, está fixado em **até R\$ 13.500,00** (treze mil e quinhentos reais).

No caso, a parte Autora visa obter do Poder Judiciário a condenação do Réu ao pagamento de indenização correspondente a diferença do Seguro Obrigatório DPVAT que lhe foi pago administrativamente, fora dos parâmetros consignados na Lei nº 6.194/74.

Praça 15 de Novembro, 124, Centro, Triunfo - PE
CEP: 56.870-000 - Fone/Fax: (87) 3846-1036
hmc.advocacia@gmail.com





Sendo certo, que a indenização ora pleiteada deverá ser paga com base no valor vigente a época da ocorrência, **bastando para tanto à simples demonstração do acidente (Boletim de Ocorrência expedido pela Autoridade Policial) e do respectivo dano (Lesões/Traumas – Boletim de Atendimento Hospitalar e Pagamento PARCIAL de Indenização pelo Réu)**, como preceitua o art. 5º, parágrafo 1º da Lei 6.194/74.

Noutro giro, quanto à **correção monetária é devida desde a data do evento danoso**, como já assentou o Superior Tribunal de Justiça, enquanto que os **juros moratórios** são devidos desde a data da CITAÇÃO do Réu, nos termos da **Súmula nº 426, do Superior Tribunal de Justiça**.

III – DA IMPOSSIBILIDADE DE AUTOCOMPOSIÇÃO – DA NECESSIDADE DE PROVA PERICIAL

No caso, está previsto na Lei nº 6.194/74 e suas alterações posteriores diferentes lesões e graus de invalidez permanente, classifica em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, assim como inseriu tabela para disciplinar os percentuais das perdas à cobertura securitária, de acordo com a respectiva repercussão da lesão.

Deste modo, faz-se necessária a produção de prova pericial para aferição da **LESÃO** sofrida pela parte Autora e da respectiva **REPERCUSSÃO (GRAU)**, de acordo com a Tabela anexa a Lei nº 6.194/74, introduzida pela Lei 11.945/2009.

Diante disso, nas ações dessa natureza a prática tem demonstrado que a designação de audiência preliminar de conciliação objetivando a realização de composição entre as partes tem sido infrutíferas devido à necessidade de produção de prova pericial. E, por essa razão a Seguradora Ré tem se limitado a conciliações em MUTIRÕES realizados em parcerias com os Tribunais de Justiça em todo País, inclusive por esse Egrégio Tribunal, **motivo pelo qual a designação de audiência com essa finalidade restará sem êxito**.

Assim sendo, a parte Autora informa a Vossa Excelência o seu **desinteresse na autocomposição, nos termos do art. 334, § 4º, I e § 5º do CPC**.

IV – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, REQUER a Vossa Excelência:

a) Sejam concedidos os benefícios da Justiça Gratuita a parte Autora, nos termos do art. 5º, inciso LXXIV, da Constituição Federal c/c o artigo 98 e seguintes do Código de Processo Civil;

Praça 15 de Novembro, 124, Centro, Triunfo - PE
CEP: 56.870-000 - Fone/Fax: (87) 3846-1036
hmc.advocacia@gmail.com





b) Seja determinada a citação do Réu, pelo Correio, nos termos do art. 247 do CPC, para, querendo, conteste a presente ação, sob pena de confissão e revelia, a teor do art. 344 do Código de Processo Civil;

c) Ao final, seja julgada **PROCEDENTE** a ação, para condenar o Réu ao pagamento complementar da indenização devida pelo Seguro Obrigatório DPVAT, apurado através da Perícia Judicial (art. 324, § 1º, II, CPC), acrescido de correção monetária desde a ocorrência do evento danoso e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação, tudo com arrimo na Lei nº 6.194/74 e suas alterações posteriores e súmula 426 STJ;

d) Requer, ainda, seja o Réu condenado ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como honorários advocatícios, de modo a assegurar a dignidade do profissional, na forma do art. 85 do Código de Processo Civil.

V – DAS PROVAS (PROVA PERICIAL)

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, a documental, testemunhal e, especialmente **realização de perícia médica para verificação das lesões/traumas sofridos pela parte Autoria e a respectiva repercussão (grau), em decorrência do referido acidente de trânsito, na forma do art. 3º, II, § 1º, I, da Lei nº 6.194/74**, o que desde já fica requerido, devendo os **QUESITOS** em anexo serem respondidos pelo perito nomeado por esse Juízo, sob pena de nulidade, **nos termos do artigo 369 do Código de Processo Civil.**

VI – DO VALOR DA CAUSA

Atribui-se a causa, o valor de R\$1.000,00(mil reais).

**NESTES TERMOS,
PEDE E ESPERA DEFERIMENTO.**

Princesa Isabel/PB, 16 de Dezembro de 2019.

HAROLDO MAGALHÃES DE CARVALHO
OAB/PE 25.252

Praça 15 de Novembro, 124, Centro, Triunfo - PE
CEP: 56.870-000 - Fone/Fax: (87) 3846-1036
hmc.advocacia@gmail.com





QUESITOS – PERÍCIA

PARTE AUTORA: ELIZABETE BARBOSA DA SILVA

Queira o Sr. Perito esclarecer, de acordo com a Tabela anexa a Lei nº 6.194/74, introduzida pela Lei 11.945/2009, os seguintes QUESITOS:

1 – Em decorrência do acidente mencionado na petição inicial, houve Lesões no Membro Inferior Esquerdo?

2 – Em caso positivo, a Lesão ou as Lesões são Temporárias ou Permanentes?

3 – No caso de ser permanente, a Lesão é Total ou Parcial?

4 – E, no caso da Lesão ser parcial, ela é Completa ou Incompleta?

5 – Caso a Lesão seja incompleta, a sua repercussão é Intensa, Média, Leve ou Residual?

6 – Independente do quesito exposto no item “1”, em decorrência do acidente mencionado na petição inicial, houve algum outro tipo Lesão?

7 – Em caso positivo, qual tipo de Lesão ocorreu?

8 – Em caso de ter havido Lesão, ela é temporária ou permanente?

9 – No caso de ser permanente, a Lesão é Total ou Parcial?

10 – E, no caso da Lesão ser parcial, ela é Completa ou Incompleta?

11 – Caso a Lesão seja incompleta, a sua repercussão é Intensa, Média, Leve ou Residual?

Praça 15 de Novembro, 124, Centro, Triunfo - PE
CEP: 56.870-000 - Fone/Fax: (87) 3846-1036
hmc.advocacia@gmail.com





PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: ELIZABETE BARBOSA DA SILVA, brasileira, solteira, agricultora, portador da Cédula de Identidade nº 2.338.+977 – 2 via SSDS/PB, inscrita no CPF/MF sob o nº 040.416.524-99, residente e domiciliada na Rua José Alves de Medeiros, s/n, Cruzeiro, Princesa Isabel/PB, CEP: 58.755-000, através do presente instrumento particular de mandato, nomeia e constitui como seu procurador o advogado.

OUTORGADO: HAROLDO MAGALHÃES DE CARVALHO, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/PE sob o nº 25.252, inscrito no CPF/MF sob o nº 041.542.024-56, com endereço profissional à Praça 15 de Novembro, nº 124, Centro, Triunfo – PE, CEP: 56.870-000 - PABX: (87) 3846.1036.

PODERES: a quem confere amplos poderes para atuação no foro em geral, com a cláusula “ad judicia et extra”, em qualquer juízo, instância ou tribunal, estando o mandatário autorizado a propor contra quem de direito as competentes ações ou a defendê-las nas adversas, seguindo umas e outras até final decisão, usando dos recursos legais e acompanhando-os, em qualquer instância, assinar termo, substabelecer com ou sem reserva de poderes conferidos pelo presente mandato, e praticar ainda, todos e quaisquer atos necessários e convenientes ao bom e fiel desempenho deste mandato, nos termos do art. 105 do CPC.

PODERES ESPECÍFICOS: A presente procuração outorga ao Advogado acima qualificado, os poderes para confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, firmar compromissos, receber, dar quitações, levantar e receber alvará, pedir a justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica, agindo separada ou conjuntamente, podendo substabelecer com ou sem reserva de poderes conferidos pelo presente mandato, nos termos do art. 105 do CPC.

CONTRATO HONORÁRIOS: No caso de êxito da presente demanda, a outorgante pagará ao advogado outorgado a importância correspondente a 30% (trinta por cento) da quantia bruta recebida pelo proveito econômico decorrente da presente demanda, ficando desde já autorizado o respectivo desconto.

Princesa Isabel/PB, 13 de Dezembro de 2019.

Elizabeth Barbosa da Silva

OUTORGANTE

Praça 15 de Novembro, 124, Centro, Triunfo - PE
CEP: 56.870-000 - Fone/Fax: (87) 3846-1036
hmc.advocacia@gmail.com



DECLARAÇÃO

Eu, **ELIZABETE BARBOSA DA SILVA**, brasileira, solteira, agricultora, portador da Cédula de Identidade nº 2.338.+977 – 2 via SSDS/PB, inscrita no CPF/MF sob o nº 040.416.524-99, residente e domiciliada na Rua José Alves de Medeiros, s/n, Cruzeiro, Princesa Isabel/PB, CEP: 58.755-000, DECLARO que nesse momento não posso arcar com as custas e despesas desse processo, bem como honorários advocatícios sem sacrifício próprio e de minha família, responsabilizando-me integralmente pelo conteúdo da presente declaração, para finalidade do disposto no Art. 98 e seguintes do Código de Processo Civil e do Art. 5º, inciso LXXIV, da Constituição Federal.

Princesa Isabel/PB, 13 de Dezembro de 2019.

Elizabete Barbosa da Silva
Declarante



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAIBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL

INSTITUTO DE POLÍCIA IDENTIFICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

DI.P.217

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

DATA DE EXPEDIENTE 24/02/2011

REGISTRO GERAL 2.338.977 - 2 VIA

NOME ELIZABETE BARBOSA DA SILVA

FILIAÇÃO LUIZ BARBOSA DA SILVA

NATURALIDADE IVAUNUSA BARBOSA DA SILVA

PRINCESA ISABEL-PB

NASC.N.10803 FLS.174V LIV.A 12

CARTORIO PRINCESA ISABEL, PB

CPF 040.416.524-99

ASS. Jôãa Pires - PB

Assinatura ELIZABETE BARBOSA DA SILVA

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

DATA DE EXPEDIENTE 24/02/2011

REGISTRO GERAL 2.338.977 - 2 VIA

NOME ELIZABETE BARBOSA DA SILVA

FILIAÇÃO LUIZ BARBOSA DA SILVA

NATURALIDADE IVAUNUSA BARBOSA DA SILVA

PRINCESA ISABEL-PB

NASC.N.10803 FLS.174V LIV.A 12

CARTORIO PRINCESA ISABEL, PB

CPF 040.416.524-99

ASS. Jôãa Pires - PB

Assinatura ELIZABETE BARBOSA DA SILVA

66/11/50 : em

Emitido em

VALÍDIA NACIONAL

VALÍDIA EM TODO O TERRITÓRIO

SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL

INSTITUTO DE POLÍCIA IDENTIFICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

DI.P.217

Assinatura ELIZABETE BARBOSA DA SILVA

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na Legislação vigente.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome ELIZABETE BARBOSA DA SILVA

Nº de Inscrição 040416524-99

Data do Nascimento 21/02/82

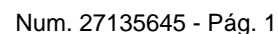
Nº medidor: 00000901462

Nota Fiscal/ Conta de Energia Elétrica Nº 019.546.752
Cód. para Dáb. Automático: 00000301051

Canal de contato

- Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei nº 10.438, de 28 de abril de 2002.

83670000000-0 82260054000-6 00301052019-9 02500165019-8





GOVERNO DO ESTADO DA PARAIBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL
16ª AISP DE POLÍCIA CIVIL DE PRINCESA ISABEL
DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE PRINCESA ISABEL



C E R T I D ã O

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, que revendo os Livros de Registro de Ocorrências desta Delegacia, encontrei a seguinte Ocorrência Policial: Nº 21/2018, LIVRO nº 004/2017, sob a responsabilidade do Delegado Edmilson Aires dos Santos Neto.

DATA: 11 de janeiro do ano de Dois Mil e Dezoito

HORA: 17h30min

CIDADE: PRINCESA ISABEL - PB

Noticiante: ELIZABETE BARBOSA DA SILVA

Estado civil: Solteira **RG:** 2.338.977 SSP/SP **CPF:** 040.416.524-99

Sexo: Feminino **Nascimento:** 21.02.1982 **Idade:** 35 anos

Nacionalidade: Brasileira **Naturalidade:** Princesa Isabel/PB

Profissão: Agricultora **Educação:** Alfabetizado

Filiação: Luiz Barbosa da Silva e de Ivaunusa Barbosa da Silva

Endereço: Rua José Alves de Medeiros, s/n, Cruzeiro, Princesa Isabel/PB.

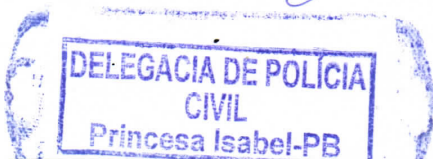
NARRATIVA

QUE no dia 12.12.2017, encontrava-se trafegando pela PB 306, quando por volta das 20h30min, ao adentrar na cidade de São José de Princesa derrapou o pneu da moto e que conduzia e veio a sofrer um acidente; QUE a motocicleta que a noticiante conduzia é de MARCA/MODELO I/SHINERAY XY 50 O, PLACA QFN7798/PB, CHASSI LXYXCBL03E0514573, ANO 2013/2014, VERMELHA, em nome da mãe da noticiante Ivanusa Barbosa da Silva; QUE a noticiante foi socorrida por populares e levada para a UPA - Unidade de Pronto Atendimento da cidade de Princesa Isabel, e devido aos ferimentos foi encaminhada para o Hospital Antônio Targino na cidade de Campina Grande, onde passou por procedimento cirúrgico.

O referido é verdade, Dou fé. Termo de Responsabilidade: Declaro assumir inteira responsabilidade Civil e Criminal, referente ao Registro da Ocorrência supra que deu origem a presente Certidão (Artigo 299, do C.P.B. - Falsidade Ideológica - Pena: Reclusão de 01 (um) a 05 (cinco) anos).

Notificante

Elizabete Barbosa da Silva



[Assinatura] - 1620044
Agente/Escrivão

Rua Cel. José Pereira Lima, SN, Alto do Cascavel, Princesa Isabel - PB.

Fone/fax: (0XX83) 3457 2381.



SINISTRO 3190636502 - Resultado de consulta por beneficiário**VÍTIMA** ELIZABETE BARBOSA DA SILVA**COBERTURA** Invalidez**PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO** SEGURADORA

LIDER DPVAT - OPERAÇÃO CORREIOS

BENEFICIÁRIO ELIZABETE BARBOSA DA SILVA**CPF/CNPJ:** 04041652499**Posição em 29-11-2019 09:15:09**

O pedido de indenização está em fase final de análise na Seguradora Líder-DPVAT. Em breve, o pagamento da indenização será liberado.

Por gentileza, volte a consultar seu processo neste site dentro de 4 dias.

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
02/12/2019	R\$ 2.531,25	R\$ 0,00	R\$ 2.531,25



SECRETARIA DA SAUDE DO ESTADO DA PARAIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
UPA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO PRINCESA ISABEL

Senha:

F.A.A. - FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL

Nome: 2171 - ELIZABETE BARBOSA DA SILVA

Sexo: F CNS: 704208217655184 Raça/Cor: PARDA

Mãe: IVAUNUSA BARBOSA DA SILVA

Complemento: Bairro: CRUZEIRO

Tel. Residencial: Tel. Comercial:

DATA/HORA DA RECEPÇÃO: 12/12/2017 - 21:12:11

DATA/HORA DA PRÉ-CONSULTA: 12/12/2017 - 21:16:11

Nº F.A.A.: 44077

DN: 21/02/1982 Idade: 35 Anos, 9 Meses e 21 Dias.

Etnia: RG: 2338977

CPB40.416.524-99

Endereço: 10a RUA JOSE ALVES DE MEDEIROS - S/N

Cidade: PRINCESA ISABEL CEP: UF: PB

Contato:

Celular:

DADOS DA PRÉ CONSULTA

Informações da pré-consulta:

CLASSIFICAÇÃO DE RISCO: () VERMELHO () AMARELO (X) VERDE () AZUL

Queixa de MOO. Queixa-se de dor no URE.

Medicamentos em uso:

não toma medicação.

Hipertensão: (X) Sim () Não Diabetes: () Sim (X) Não Cancer: () Sim (X) Não Pneumopatia: () Sim (X) Não

Transplantado: () Sim (X) Não Alergia: () Sim (X) Não Se Sim, Qual: Outros: () Sim (X) Não

Antecedentes Pessoais:

P.A. X mmHg Temperatura: °C Sat O2: Glicemia Capilar: mg/ml Glasgow: 15 - CONSCIENTE
Pulso: 0 Freq. Respiratória: 0 Peso: Kg Altura: m Dor: SEM DOR
Tipo Clínica: CLINICA MEDICA Prof. Resp. pré-consulta: 194852-PB

RAFAELA MAIA FERNANDES MED

DADOS CLÍNICOS

EXAMES

DIAGNÓSTICO

PRESCRIÇÃO

DADOS DA SAÍDA

DATA E HORA: 12/12/17 - 22:33

() Alta () Alta a Pedido/A Revelia () Desistência () Repouso () Internação

() Encaminhado a

(X) Transferido para: H.R.D.

() Óbito até 24 horas () Óbito > 24hs () IML () SVO () D.O.N.º

CRM-PB 18836
CRM-PB 7381

Dr. Marcelo Alves

Assinatura do Paciente/Responsável

Atendente Responsável na Recepção: NATALIA DE SOUZA FERREIRA

Endereço: ALFREDO CARLOS DA COSTA SM, MAIA, PRINCESA ISABEL - PB - Tel: 3457-2270

Focus Desenvolvimento de Sis

CARTÓRIO DO T.º OFIC.º CAMPOS BARROS
RUA CLÁUDIO, 223 - CENTRO - CEP: 57100-001 - FONE: (33) 3457-2270
PRINCESA ISABEL - PB

delo 44

Autentico a presente copia, reprodução fiel do original
apresentado. Em testemunho da verdade.
Princesa Isabel-PB 11/01/2018 10:38:30

Marta Rodrigues dos Santos - Escrevente
[2018-000143] ENOL:R1 2,37 FARPEN:R1 1,28 FEPJ:R1 0,47
SELO DIGITAL: AF236222-7207
Confira a autenticidade em <https://selodigital.tibb.gov.br>

UPA24h
UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO
PRINCESA ISABEL - PB

TRANSFERÊNCIA

Nome: Elizabeth Borhman da Silva
Destino: HUP Data e Hora da Admissão: 1/1 às 1 h
Contato Prévio _____ Data e hora da Transferência: 1/1 às 22:30 h

HISTÓRIA CLÍNICA / EXAME CLÍNICO

Queda de Mob a terra
sem lesões aparentes

MEDICAÇÃO ADMINISTRADA / HORÁRIO

Paracetamol 1.000mg

EXAMES REALIZADOS / RESULTADOS

Ap

HIPÓTESE DIAGNÓSTICA - INDICAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA

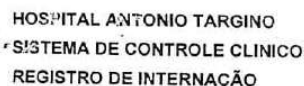
Fratura de rádio e ulna

OBSERVAÇÕES:

Assinatura e Carimbo do Médico:

Dr. Alexandre Alves
Ortopedia e Traumatologia
CRM-PB 18836
UPA 24h PRINCESA ISABEL-PB





HORA: 13:05:25

Prontuário 933082	Atendimento 2268359	Reserva/Guia Data: 15/12/2017 Hora: 12:26	
Paciente ELIZABETE BARBOSA DA SILVA [CPF: 4041652499]		Sexo Est. Civil F	
Endereço BOA VISTA		Dt Nasc. 21/02/1982	
Bairro CENTRO		Telefone R.G. 6133152425 2338977	
Nome da Mãe IVAUNUSA BARBOSA DA SILVA		Código CNS 704208217555184	
Responsável ELIZABETE BARBOSA DA SILVA		Profissão	
Bairro CENTRO		UF PB	
Endereço QUINTA		Num. Complemento 48	
Cidade PRINCESA ISABEL		Cidade SAO JOSE DE PRINCESA	
Médico Atendente 1716 LUCIANO GUEDES BORGES [CRM: 3451] [CPF: 43448631434]		Médico Acompanhante 1716 LUCIANO GUEDES BORGES [CRM: 3451] [CPF: 43448631434]	
Procedimento		Cid	
Setor 3009 SECRETARIA SUS		Origem	
Convênio 50 SUS		Data	
Acomodação POSTO: - ENFERMARIA: - LEITO:		Num.	
Data mín. para alta - 15/12/2017		Data máx. para alta - 15/12/2017	
Atendente - SOCORRO			

Resumo de Tratamento

Acompanhante.....? [] Sim [] Não Data admissão 15/12/2017 Data alta 20/12/17

Internação anterior..? [] Sim [] Não Hora admissão : Hora alta 08:00

Alta....: Curado.....: [] Melhorado.....: [X] Inalterado.....: [] Clínica..: Médica.....: []
Piorado.....: [] A pedido.....: [] Indisciplina.....: [] Cirúrgica.....: []
Transferido...: [] Falecimento...: [] Evasão.....: [] Obstétrica...: []

Diagnóstico:

Internação.: GRAV. DE PLATEAU D'ARJON Cid 582.8

Definitivo...: O portador W J 9 9

Histórico:

última de creche de novo

0415030013

ORTOSE, PROTESE

PACIENTE ATENDIDO PELO SUS NO HOSPITAL ANTONIO TARGINO

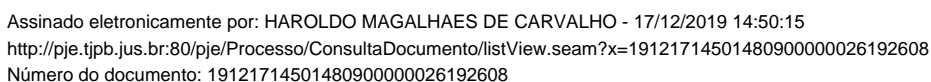
Raio X: **CUJAS DESPESAS FORAM COBRADAS AO SUS**

[X] Simples [] C/Contraste Entrada Saída

Motivo

Caract. Trat. [] [] [] [] [] [] [] [] [] []

Sangue..: [] Rh..: [] [] [] [] [] [] [] [] [] []



PRESCRIÇÃO MÉDICA

NAME:

ALA:

LEITO:

CONVÊNIO:

DIAGNÓSTICO:

DATA:

MEDICAMENTOS

HORÁRIO

1) Griseofulvin

② High School or
College or at

FILE 8782

7) Polk County - 28

12/12/24

[illegible]

~~Dr. [Signature]
CRM 3-1-77 - QPM~~

18/12/18

① Six to twelve per

Bill Foster

2) Polatins - the CV

10/15/11 21 = 9 =

Train 12/12/8

① Singers - for car

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

EVOLUÇÃO MÉDICA

POVRNO DO CIRKULARA
11970 E. MEGRA

PACIENTE ATENDIDO PELO SUS
NO HOSPITAL ANTONIO TARGINO
CUJAS DEFEITAS FORAM
CORRIGIDAS AO SUS

18/12/15

ALVARO A. CIPRIANO
VITO E MORENO

Dr. Luciano Guedes
ORTOPEDISTA
CRM 3454 - CPF 444.486.314.34



PRESCRIÇÃO MÉDICA

NAME:

ALB:

LEITO:

CONVÊNIO:

DIAGNÓSTICO

INSTR-DE GRATEM 58192 [80] 8/12/17

MEDICAMENTOS

HORÁRIO

(4) Dixie Creek
 (5) 1000 ft. E.
 (6) *Cypripedium* sp.
 Ex 818C
 (7) *Callieranthus* - sp.
 Jan 12/12
 (8) *Silene* - sp. E.
 f/16
 (16) *C. leucis* x 8-8-10

HORARIO				
	22			
18		24		08
	20	08		
	22	04	10	
16				

PACIENTE ATENDIDO PELO SUS
NO HOSPITAL ANTONIO TARGINO
CUSTO DEBIDO FORAM
COPICADO AO SUS

EVOLUÇÃO MÉDICA

operation. for the purpose of the
the purpose of the





HOSPITAL
ANTONIO TARGINO

PRESCRIÇÃO MÉDICA

HOME:

ALA:

LEITO:

CONVÊNIO:

DIAGNÓSTICO:

DATA:

MEDICAMENTOS

HORÁRIO

PACIENTE ATENDIDO PELO SUS
NO HOSPITAL ADONIS TARGINO
CUJAS DESPESAS FORAM
COBRADAS AO SUS.

EVOLUÇÃO MÉDICA

As D.D.O know no sum
Visto e autorizado

20/12/17 C. A. 100000 + 100000
100000 + 100000

Dr. Luciano Guedes
ORTOPEDISTA
CRM-3451 - CPF-434 486.314.34



EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM

NOME: *Edizete Barbosa da Silva*

IDADE: *35*

ALA: *Cirurgia*

LEITO: *48*

MÉDICO: *Dr. Leonardo Mendes*

DATA: *15/12/17*

MANHÃ

TARDE

Paciente admitida vindo do Pronto Socorro, com queixa de dor no abdômen, com febre, com náusea e vômito, com prurido na pele. Rx anexado ao prontuário com solicitação de exames laboratoriais para análise, em dieta zero após as 00:00 para procedimento cirúrgico amanhã, realizado CCA de oxigenação.

Fabiana Dantas da Silva
Téc. de Enfermagem
COREN 56315


NOITE

Paciente evoluindo estável SSIV aguda, dieta zero após as 24hs pós-operatório. M.E.p.m. segue de acordo com a evolução da enfermagem.

PACIENTE ATENDIDO PELO SUS
NO HOSPITAL ANTONIO TARGINO
CUJAS DESPESAS FORAM
COBRADAS AO SUS

Henika Simone S. Arruda
Técnica de Enfermagem
COREN 487.425



	EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM		
	NOME:	Elizabete Barbosa da Silva	IDADE:
	ALA:	Cirurgia	LEITO: 78
	MÉDICO: Dr Luciano G.		

DATA: 16/12/17

MANHÃ

Paciente evolui estável, consciente, orientada, afebril, eufórica, normotensa, aceita a dieta, diurese presente, em vasoclise, aguarda cirurgia, medicada PCM, segue aos cuidados da enfermagem.

Marcelina Nascimento da Silva
Técnica de Enfermagem
COREN-PB 881.294

TARDE

Paciente segue com quadro estável, consciente, orientada, afebril, eufórica, normotensa, continuando, realizado SSV, sem queixas, aguarda cirurgia, segue aos cuidados.

PACIENTE ATENDIDO PELO SUS
NO HOSPITAL ANTONIO TARGINO
CUJAS DESPESAS FORAM
COBRADAS AO SUS

Banca
1176602

NOITE

Paciente estável consciente e orientada, normotensa, normotensa, afebril, eufórica, aguardando cirurgia do joelho para seguir de furo, medicado com a prescrição anterior, realizado SSV, AUP, segue aos cuidados da enfermagem.

Marcelina Nascimento da Silva
Téc. de Enfermagem
COREN 700



EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM

NOME: Elizabeth Barbosa da Silva IDADE:
ALA: Oncológica LEITO: 48 MÉDICO:

DATA: 14.12.17

MANHÃ

Paciente evolui, mantendo quadro estável, porém consciente e orientada, à mesma Refinou Acesso periferico Venoso, Aceitando bem a dieta, diurese presente espontânea Segue aos cuidados da Enfermagem. *General*

TARDE

Paciente segue em pré-operatório estável, Consciente, orientada, afebril, eufórica, normotensa, aceita dieta, realizado SSVU, m.c.p, zero após 24h, cirurgia amanhã, segue aos cuidados.

Bianca Houston A. Santos
Técnica de Enfermagem
COREN-PB 1176.602

NOITE

Paciente evolui estável SSVU acordado, dieta zero após às 24h cirurgia amanhã, m.c.p.m segue aos cuidados de enfermagem.

PACIENTE ATENDIDO PELO STUS
NO HOSPITAL ANTONIO TARGINO
CUSTAS DESPESAS FORAM
COBRADAS AO SUS



EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM

NOME: *Elisabete Barbosa da Silva*

IDADE:

ALAS: *11149*

LEITO: *48*

MÉDICO:

DATA: *18, 19, 17*

MANHÃ

Paciente evolui mantendo quadro estável
afetivo, consciente e orientado. Aguardando procedi-
mento cirúrgico programado para hoje às 14:00hs
Unidade zero. diurese presente espontânea. Segue
aos cuidados de enfermagem. *Elisabete*

TARDE

Paciente em P.O.3 de vit. de arbia, consciente,
orientada, afetivo, eupneica, realizado Rx de
controle, sem queixas, segue aos cuidados gerais.

Bianca Huston A. Santos
Técnica de enfermagem
COREN-PE 1176.602

NOITE

Paciente evolui estável de sem P.O. de arbia,
consciente, orientada, afetivo, eupneica, realizando
dieta oral, diurese presente, segue aos cuidados.

PACIENTE ATENDIDO PELO SUS
NO HOSPITAL ANTONIO TARGINO
CUJAS DESPESAS FORAM
COBRADAS AO SUS

Rosa Mysia F. de Lencastre
Téc. Enfermagem
COREN-PE 797734



EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM

NOME: Elizabeth IDADE:
ALA: Emergência LEITO: 78 MÉDICO: Marcos Gomes

DATA: 19/12/17

MANHÃ

Paciente evolui o quadro atual, aguarda
realizar cirurgia, febril, eupneica,
normotensa, segue M.E.P. e segue as
ordens da equipe

TARDE

Paciente segue estável, em P.O de postura
de Jibia, consciente, orientada, ateuil, eupneica,
receita dieta, receita medicação, realizada
SSV, medicação e.P.M, segue as or-
dems.

Bianca Huston A. Santos
Téc. de Enfermagem
COREN-PB 1176.602

NOITE

paciente evolui se pós operatório realizado
feito curativos e analgesia

O leite dele deleto

PACIENTE ATENDIDO PELO SUS
NO HOSPITAL ANTONIO TARGINO
CUJAS DESPESAS FORAM
COBRADAS AO SUS

Marianna Lira Silva
Téc. de Enfermagem
COREN - PB 86717
C. GRANDE PB



EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM

NOME: Olívia

IDADE:

ALA: Emergência

LEITO: 28

MÉDICO:

DATA: 20/12/17

MANHÃ

Paciente recebeu alta hospitalar

[Assinatura]
20/12/17

TARDE

NOITE

PACIENTE ATENDIDO PELO SUS
NO HOSPITAL ANTONIO TARGINO
CUJAS DESPESAS FORAM
COBRADAS AO SUS



DESCRIÇÃO CIRÚRGICA

NOME DO PACIENTE:	D. FABETE DA SILVA		
Nº DO PRONTUÁRIO:	Nº DO ATENDIMENTO:		
DATA DA OPERAÇÃO:	18/12/17	ENFERMARIA:	LEITO:
OPERADOR:	Dr. Luciano Grede		
1º AUXILIAR:	2º AUXILIAR:		
3º AUXILIAR:	INSTRUMENTADOR:		
ANESTESISTA:	Dr. Thillo	TIPO DE ANESTESIA:	RAONE
DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO:	EXAT - DE PLATEAU TIBIALE		
TIPO DE OPERAÇÃO:	APROXIMANTE DE PLATEAU TIBIALE + EXENTIA OVERA		
DIAGNÓSTICO PÓS-OPERATÓRIO:			

RELATÓRIO IMEDIATO DA PATOLOGIA:

EXAME RADIOLÓGICO NO ATO:

1- 39034143
2- 38016010

ACIDENTE DURANTE A OPERAÇÃO:

PACIENTE ATENDIDO PELO SUS
NO HOSPITAL ANTONIO TARGINO
CUJAS DESPESAS FORAM
COBRADAS AO SUS

RELATÓRIO DE OPERAÇÃO

VIA DE ACESSO-TÁTICA E TÉCNICA-LIGADURAS-DRENAGEM-SUTURA-MAT.EMPREGADO-ASPECTO - VICERAS

1	Abertura Anterior do abdome
2	Colocação da camera
3	Incisão no abdome
4	Retirada da camera e fixação
5	Colocação de material sobre
6	Sutura por layers
7	Encerramento

Dr. Luciano Grede
CRM 14.112-0/SP
ORTOPEDIA



Nº 042216

PACIENTE: ELIZABETE BARBOSA DA SILVA-35 ANOS
CONVÊNIO: SUS ☒ PRONTUÁRIO: 933082/2268359
DATA: 18.12.17 CIRURGIÃO: Finales de Faria
CIRURGIÃO: Drº Luciano Guedes
AUXILIAR:
ANESTESISTA: Drº Thiago
CIRCULANTE: Jovson Nº-CARRO: 240A-07 HORÁRIO: INÍCIO: 15:00 FINAL: 16:00

CÓD.	MEDICAMENTO	QUANT.
1880	ÁGUA DESTILADA	03
28819	RANITIDINA	
2070	ATROPINA	
2020	DIPIRONA	07
70181	PROSTIGMINE	
2062	METOCLOPRAMIDA	
1961	EFEEDRINA	
4286	GARAMICINA	
5304	DEXAMETASDONA	01
5398	HEPARINA	
1929	ARAMIN	
1899	AMINOFILINA	
70971	TRANSAMIN	
70033	NAUSEDRON 4	01
70572	TILATIL 40mg	01
5380	HIDROCORTISONA	
5339	FENERGAN	
2038	FUROSEMIDA	
4650	CEFALOTINA 1g	07
70238	QUELICIM	
1872	ADRENALINA	
5673	DOPAMINA	
2003	CLORETO DE SÓDIO	
1910	CLORETO DE POTÁSSIO	
2046	GLICOSE 50%	
1767	CEFTRIAXONA	
70335	SOLU-MEDROL 500mg	
1902	BICARBONATO DE SÓDIO	
2054	GLUCONATO DE CÁLCIO	
403792	TORADOL	
4855	DICLOFENACO SÓDICO	
CÓD.	PSICOTRÓPICOS	QUANT.
73210	TRAMAL	
46850	FENOBARBITAL	
8885	DIEMPAX 10mg	
3034	DIMORF 0.2mg	01
3026	DIMORF 1.0mg	
3982	DOLANTINA	
8869	HIDANTAL	
69655	DORMONID	01
9962	KETALAR	
70254	ALFENTANILA	
CÓD.	ANESTÉSICOS	QUANT.
126233	NIMBIUM	
2216	PANCURON	
82031	PROPOFOL	
3042	FENTANIL	
70548	TRACUR	
8834	HALOTANO	
128872	SEVORANO	
2780	ISOFLURANO	
8958	TIOPIENTAL	
2160	NEOCAINA 0,5% C/V	
70750	NEOCAINA 0,5% S/V	
9024	NILPERIDOL	
2212	PROPOFOL	

9091	LIDOCAINA GELEIA	
2119	LIDOCAINA 2% S/V	
2801	LIDOCAINA 2% C/V	
1996	NEOCAINA PESADA	01
CÓD.	MATERIAL	QUANT.
157	AGULHA RAQUI Nº 25	01
	DRENO PENROSE Nº	
	DRENO TÓRAX Nº	
	AGULHA PERIDURAL Nº	
	AGULHA DESCARTÁVEL Nº	04
	ESCOVA DESCARTÁVEL	03
	COMPRESSAS 25x78	15
	CATETER PERIDURAL Nº	
2356	BOLSA COLOSTOMIA	
138096	CATETER OXIGÊNIO	01
22381	COLETOR URINA FECHADO	
27880	COLETOR URINA ABERTO	
59587	ELETRODO	05
2585	EQUIPO MACROGOTAS	01
2577	EQUIPO MICROGOTAS	
69752	MICROPORE LARGO	
3379	MICROPORE FINO	
	JELCO Nº 18	01
	LÂMINA BISTURI Nº 24	01
	DRENO SUÇÃO Nº	
2259	ALGODÃO HIDRÓFILO	058
9113	ALGODÃO ORTOPÉDICO	
	ATADURA GESSADA	
3700	SERINGA DE 03cc	
3689	SERINGA DE 10cc	03
3719	SERINGA DE 05cc	03
3697	SERINGA DE 20cc	03
341797	SERINGA DE 60cc (Bico Longo)	01
3735	SERINGA DE 01cc	
	SCALP'S Nº	
	SONDA FOLEY Nº	
4081	TORNEIRA 03 VIAS	
	SONDA NELATON	
	SONDA RETAL	
2615	ESPARADRAPO	
3468	INTRA-CATH	
20117	FITA GLICEMIA	
60917	GILETE	
	TUBO ENDOTRAQUEAL Nº	
	ATADURA CREPOM Nº	
	GNEDEL Nº	
40126	LUVAS 7.5	03
3522	LUVAS 8.0	
149870	LUVAS 8.5 7.0	01
	SONDA NSG	
3425	GELFOAN	
2500	GAZES 7.5x7.5	206
3549	LUVAS PROCEDIMENTO	06
3417	GEL CONDUTOR	
53937	SURGICEL	
	CÂNULA TRAQUEOSTOMIA Nº	

CÓD.	FIOS	QUANT.
	ACIFLEX N°	
	ETHIBOND N°	
CH 3	MONONYLON N° 20	02
	CROMADO S/A N°	
CH 4	CROMADO C/A N° 1	01
	VICRYL N°	
	MONOCRYL N°	
	PROLENE N°	
	ALGODÃO C/A N°	
	ALGODÃO S/A N°	
3360	FITA CARDIACA	
CÓD.	SOLUÇÕES	QUANT.
149217	ÁLCOOL	
2631	ÉTER	
3611	PVPI TÓPICO	
3603	PVPI DEGERMANTE	
2330	ÁGUA OXIGENADA	
4111	VASELINA	
304900	CLOREXIDINA	
CÓD.	GASES HOSPITALARES	QUANT.
	AR COMPRIMIDO	
	OXIGÊNIO 24/24	TC
	OXÍDO NITROSO	
	VÁCUO	
	NITROGÊNIO	
	APARELHOS JET-VENTILADOR	
	BISTURI ELÉTRICOS	
	CAPNOGRAFO	
	MICROSCÓPIO CIRÚRGICO	
	MONITOR CARDÍACO	TC
	OXÍMETRO DE PULSO	TC
	ASPIRADOR ELÉTRICO	
CÓD.	SOROS	QUANT.
	SORO FISIOLÓGICO 500ml	1000g
	SORO GLICOSADO 500ml	
	SORO RINGER 500ml	
	HISOCEL	
	MANITOL	
CÓD.	OUTROS	QUANT.
	APPSPY 11 Soro	01
	APPSPY 11 L) de 26 km	01
	APPSPY 11 COM. N° 38 - 01	01
	APPSPY 11 N° 30 - 01	01
	APPSPY 11 N° 60 - 01	01



BOLETIM DE ANESTESIA

NOME: Elizabete Barbosa da Silva APTO: _____
CONVÊNIO: SUS IDADE: _____ SEXO: ☐ M ☒ F
NÚMERO DA CARTEIRA: _____ INÍCIO: 15:00
GUIA DE INTERNAÇÃO: _____ TERMINO: 16:00
SENHA: _____ HORÁRIO ESPECIAL: ☐ SIM ☒ NÃO
DATA DE NASCIMENTO: _____ DATA: 18.12.17

CIRURGIA

☒ ELETIVA ☐ URGÊNCIA
☐ AMBULATORIAL

ESTADO FÍSICO (ASA)

☐ I ☒ II ☐ III ☐ IV ☐ V

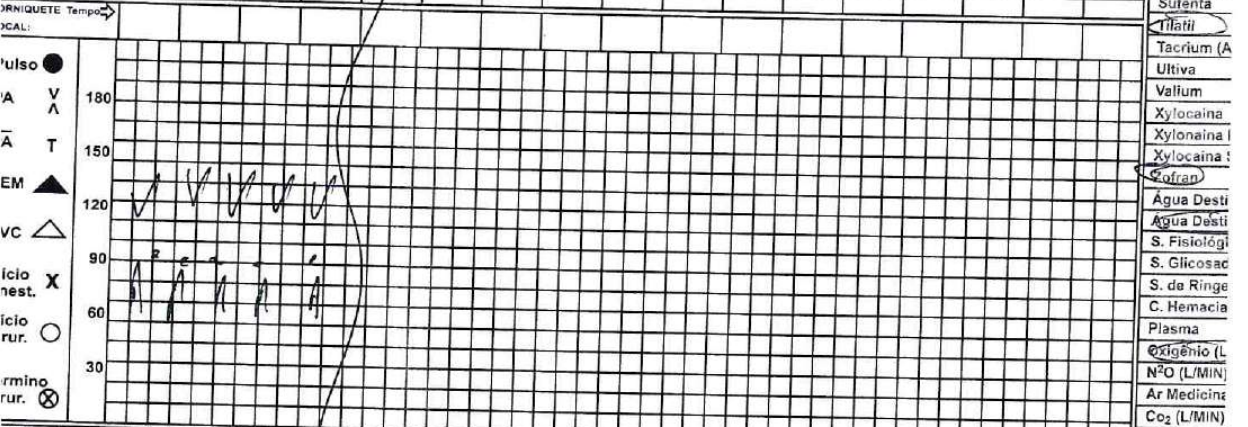
DATA: 18.12.17

Arenalin
Atropina
Bextra
Bupivaca
Bupivaca
Bupivaca
Cipro
Clexane
Dacardil
Dipriva
Dipriva
Dipriva
Dobutrex
Dopamine
Efedrina
Esmeron
Fentanyl
Flegyl
Forane
Halotano
Hidrocorti
Hypnomid
Kefazol
Keflin
Ketalar
Lasix
Liquemine
Methergin
Morfina
Narcan
Naparin
Nimbium
Niprid
Noradrena
Norcuron
Ocicina
Pavulon
Plasil
Profenid
Prostigmir
Quelicin
Rapfen
Revivan
Sevorane
Sufenta
Tilatil
Tactium (A
Ultiva
Valium
Xylocaina
Xylona
Xylocaina
Xylocaina

Diagnóstico Pré-Operatório: Fratura de platô tibial
1ª Equipe Cirúrgica (Cirurgião/1º/2º/3º Auxiliares) Dr. Luciano Holanda
2ª Equipe Cirúrgica (Cirurgião/1º/2º/3º Auxiliares) _____
Equipe Anestesiológica Dr. Thiago Augusto CRM 6516 Instrumentador(a) _____

Procedimentos Realizados: Osteomimética + Enxertia óssea. Códigos _____

Horário: 15:00
GASES: O2 20/100
LÍQUIDOS: SOL. FISIOLÓGICA
ENXERTOS: SOL. DE RINGER
MONITORIZAÇÃO: ECG 100% - 100% - 100%
DIURESE: _____



RESP: _____ ESP: _____
O: _____ ASS: _____
CONT: _____

INDUÇÃO: ☐ Inalatória ☐ Venosa
MANUTENÇÃO: ☐ Inalatória ☐ Venosa
INTUBAÇÃO TUBO Nº: ☐ Oral ☐ Nasal ☐ C/Balão ☐ S/Balão
ANESTESIA REGIONAL: ☐ Peridural ☐ Raqui-anestesia ☐ Epidural ☐ N. Perférico
ANESTESIA REGIONAL: ☐ P. Braço/Cervical ☐ Supraclavicular ☐ Interscapular ☐ Axilar
ANESTESIA REGIONAL: ☐ Mediana ☐ Paramediana ☐ Sentada ☐ DL ☐ D ☐ E

EQUIPAMENTOS UTILIZADOS:
☐ Aspirador ☐ Baraka
☒ ECG ☐ Bis
☒ Oxímetro ☐ Pa Invasiva

MATERIAL:
Aquecedor
Agulha Per
Agulha Rac
Agulha Stin
Cal Sodade
Cateter Epi
Cateter Nas
Cateter Ven
Eletrodo EC
Equipo de S
Equipo Peri
Filtro Hiorol

PACIENTE ATENDIDO PELO SUS
NO HOSPITAL ANTONIO TARGINO
CUJAS DESPESAS FORAM
COBRADAS AO SUS



Elizabete, Barbosa Da
933082

HOSPITAL ANTONIO TARGINO
UNKNOWN

04/01/2018 09:22:25

O

Page: 1 of 1

cm

S: 220

C: 491
W: 621

IM: 1

Elizabete, Barbosa Da
933082

HOSPITAL ANTONIO TARGINO
UNKNOWN

04/01/2018 09:24:03

O

E

Page: 1 of 1

cm

S: 205

C: 357
W: 817

IM: 2





**Dr. George Alessandro
Maranhão Conrado**
GINECOLOGIA - OBSTETRICA

**Dr. Adauto José
Mourato de Barros**
ANGIOLOGIA - CIRURGIÃO VASCULAR
CIRURGIÃO GERAL

**Drª. Valda Lúcia
Moreira Luna**
GINECOLOGIA - OBSTETRICA

**Drª. Josildete Lorena
V. Duque**
GINECOLOGIA - OBSTETRICA

**Drª. Daniele Padilha
Lapa**
PEDIATRIA - NEONATOLOGIA

Dr Joab J. Menezes
CARDIOLOGISTA

Dr. Fernando Monteiro
PROCTOLOGISTA

Dr. Tadeu Menezes
ULTRASONOGRAFIA

**Drª. Johan Cristina
Xavier**
OFTAMOLOGISTA

Labomed
LABORATÓRIO

Dr. João Cesar da Cunha

CRM: 10990
CLÍNICA MÉDICA - MEDICINA DO TRABALHO
ENDOCRINOLOGIA
Fone: (87) 3831-0018

ELIZABETE BARBOSA DA SILVA

Paciente veio a sofrer uma queda de moto, no dia 12/12/2017, sendo encaminhada a UPA na cidade de Princesa Isabel onde tomou medicação e foi encaminhada ao Hospital Antônio Targino em Campina Grande, onde após exames de imagem foi constatado fratura do platô tibial da perna esquerda.

Foi submetido a cirurgia com colocação de placas e parafusos para estabilização e consolidação da fratura.

Na avaliação clínica de sequelas por mim realizado ao paciente dia de hoje sob exame físico-clínico visual, mecânico ativo e passivo e motor sob manobrar, tem o paciente apresentando como sequelas rigidez da articulação do joelho esquerdo, alteração importante da marcha, só consegue mover-se com muletas, dificuldades extrema para o agachamento, dificuldade para acocorar-se, dificuldade para realização do asseio corporal.

Apresentando déficit funcional em 100% para a perna esquerda e impossibilidade completa para os trabalhos como agricultor.

Dr João César da Cunha
Medicina do Trabalho
CRM - 10990

Serra Talhada, 01 de marco de 2019

Rua Joaquim Godoy, 388 - Centro • CEP: 56.9112-450 - Serra Talhada - PE - Fones: (87) 3831-6694 / 2745 / 2415



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

Processo: 0802087-75.2019.8.15.0311

DESPACHO

Vistos.

A presunção de pobreza, para fins de concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita, ostenta caráter relativo, podendo o magistrado investigar a situação do requerente caso entenda que os elementos coligidos aos autos demonstram a capacidade de custeio das despesas processuais.

O juiz poderia exigir a comprovação da necessidade do benefício, tendo em vista o dever de cooperação de todos sujeitos do processo (art. 6º do [NCPC](#)). A própria [Constituição Federal](#) determina, no artigo 5º, [LXXIV](#), que a assistência jurídica integral e gratuita será concedida para aqueles que comprovarem insuficiência de recursos.

Pois bem.

Assim sendo intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, e sob pena de indeferimento do benefício, apresentar documentos capazes de comprovar sua hipossuficiência, além da guia demonstrativa dos valores alusivos às custas processuais no presente pleito.

Sem prejuízo de outros documentos que reputar convenientes, a parte poderá demonstrar sua hipossuficiência econômica por meio dos seguintes documentos, a título de sugestão:

- a. cópia dos extratos bancários de contas de titularidade da parte autora dos últimos três meses;
- b. cópia dos extratos de cartão de crédito da parte autora dos últimos três meses;
- c. cópia das últimas folhas da carteira do trabalho, ou comprovante de renda mensal;
- d. cópia da última declaração do imposto de renda da parte autora apresentada à Secretaria da Receita Federal;

A parte poderá, ainda, no mesmo prazo, recolher as custas judiciais e despesas processuais.

Intime-se. Cumpra-se.

PRINCESA ISABEL/PB, data da assinatura digital.

Juiz(a) de Direito
(assinado mediante certificado digital)



Petição e documentos em anexo





AO JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA MISTA DA COMARCA DE PRINCESA ISABEL/PB.

PROCESSO Nº 0802087-75.2019.8.15.0311

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT

ELIZABETE BARBOSA DA SILVA, já devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, por seu procurador *infra-assinado*, vem, muito respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, expor, para, ao final, REQUERER:

Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório DPVAT movida pela parte Autora em face da Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT, objetivando complementação do seguro obrigatório pago a menor.

Diante disso, Vossa Excelência determinou que a parte Autora apresentasse documentos capazes de comprovar a hipossuficiência, bem como anexar a simulação do valor das custas e despesas processuais (guia de custas prévias), sob pena de indeferimento da Justiça Gratuita.

NESSE CONTEXTO, DOUTO JULGADOR, NÃO SE PODE PERDER DE VISTA QUE O PROCESSO NÃO É UM FIM EM SI MESMO, MAS, ANTES, UM INSTRUMENTO PARA SOLUÇÃO DOS CONFLITOS DE INTERESSE ENTRE AS PARTES.

No caso, data máxima vênia, em que pese Vossa Excelência entender que é necessário uma análise rigorosa do pedido de Justiça Gratuita, é entendimento pacífico dos Tribunais, que, para tanto, basta a simples Declaração da parte para sua concessão, há a presunção da insuficiência financeira alegada.

Praça 15 de Novembro, 124, Centro, Triunfo - PE
CEP: 56.870-000 - Fone/Fax: (87) 3846-1036
hmc.advocacia@gmail.com





Nesse sentido, como se não bastasse a Declaração de Hipossuficiência (id. 27135639 e a CTPS ora anexada, não há nos autos elementos que evidenciem a boa condição parte Autora, ao contrário, o autor tem como profissão declarada como agricultor, não possuindo nenhum documento para comprovar sua renda, dado a informalidade da profissão.

Ademais, quanto a simulação do valor das custas e despesas é patente que a parte autora não possui condições financeiras de arcar com este ônus sem o prejuízo de seu sustento e de sua família, notadamente porque este valor corresponde a R\$ 156,69 (seiscentos e quarenta e sete reais e noventa centavos), conforme segue em anexo a simulação do valor das custas.

Ademais, Culto Julgador, data máxima vênia, como já mencionado, a orientação do **Egrégio Tribunal Justiça da Paraíba** firmou-se em admitir o benefício, constitucionalmente, assegurado (art. 5º, LXXIV, CF/88) àquele que, postulando-o, emitir a **SIMPLES DECLARAÇÃO**.

É de sabença que a assistência judiciária é concedida mediante a simples afirmação de pobreza que se concretiza mediante declaração do interessado, no sentido de que não tem meios suficientes para arcar com o custo do processo, sem prejuízo para o sustento próprio e o de sua família, conforme consta dos autos.

Neste norte, é a jurisprudência dos **Tribunais Pátrios**, inclusive desse **Egrégio Tribunal**, pelo que peço vênia para transcrever os seguintes arestos:

STJ:

PROCESSUAL CIVIL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. DEFERIMENTO. CAPACIDADE ECONÔMICA DA PARTE BENEFICIÁRIA. REVISÃO. SÚMULA 7 DO STJ. 1. O Plenário do STJ decidiu que "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo n. 2). 2. De acordo com a jurisprudência desta Corte, a presunção de hipossuficiência declarada pelo beneficiário ou postulante à assistência judiciária gratuita é relativa, podendo ser ilidida pela parte adversa ou, ainda, exigida a sua comprovação pelo magistrado, sob pena de indeferimento ou revogação. 3. (...). Agravo interno desprovido. (AgInt no AREsp 897.665/RJ, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/04/2018, DJe 17/05/2018)





TJPB:

EMENTA- AGRAVO DE INSTRUMENTO. PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA. PESSOA FÍSICA. INDEFERIMENTO EM PRIMEIRO GRAU. IRRESIGNAÇÃO. SUFICIÊNCIA DA SIMPLES DECLARAÇÃO FIRMADA PELA PARTE. INTELIGÊNCIA DO ART. 98, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. NECESSIDADE DE ELEMENTOS DE PROVA QUE EVIDENCIEM A CAPACIDADE FINANCEIRA DO POSTULANTE DE SUPORTAR AS DESPESAS PROCESSUAIS PARA ELISÃO DA PRESUNÇÃO. NÃO VERIFICAÇÃO. REFORMA DA DECISÃO AGRAVADA. PROVIMENTO DO RECURSO. (Processo: 0800404-37.2018.8.15.0311/ nº Agravo de Instrumento : nº 0806233-59.2018.8.15.0000) (Grifamos) Sessões da Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça da Paraíba, em 19 de fevereiro de 2019 .

TJPB:

PROCESSUAL CIVIL. Agravo de Instrumento. Gratuidade Judiciária. Pessoa Natural. Presunção juris tantum. Ausência de insurgência da parte contrária. Inexistência de exigência judicial no sentido de comprovação da hipossuficiência afirmada. Provimento do recurso.
Nos termos do art. 98, caput, c/c art. 99, §3º, do CPC, a declaração de insuficiência de recursos para arcar com as custas processuais, quando firmada por pessoa natural, goza de presunção juris tantum de veracidade, a qual, para ser elidida, reclama prova robusta em sentido contrário.
Para que seja indeferido o pedido de justiça gratuita, é necessário que o juiz tenha fundadas razões para negar a parte o benefício da gratuidade. Assim, não existindo nos autos prova de que o agravante dispõe de condições para arcar com as custas processuais, impõe-se a reforma da decisão. AGRAVO DE INSTRUMENTO **(Processo nº 0806929-32.2017.8.15.0000)**. RELATOR: **Tércio Chaves de Moura**. João Pessoa, 17 de julho de 2018.

TJPE:

EMENTA: PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. PEDIDO DE CONCESSÃO DA JUSTIÇA

Praça 15 de Novembro, 124, Centro, Triunfo - PE
CEP: 56.870-000 - Fone/Fax: (87) 3846-1036
hmc.advocacia@gmail.com





GRATUITA. INDEFERIMENTO PELO JUÍZO DE ORIGEM. AUSÊNCIA DE PROVAS CAPAZES DE DERRUIR A PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DA DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA APRESENTADA PELA PARTE AGRAVANTE. PRESENÇA DOS REQUISITOS LEGAIS AUTORIZADORES DO BENEFÍCIO. RECURSO PROVIDO.

1. Conforme o art. 98 do Novo CPC, faz jus ao referido benefício "A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios."

1. Consigna o diploma processual, em seu art. 99, §3º, que milita presunção de veracidade da alegação de insuficiência de recursos em favor da pessoa natural.

3. Não deve se exigir do requerente estado de miserabilidade fático como pressuposto para a concessão do benefício. Basta que o pagamento das despesas processuais dificulte o atendimento das necessidades básicas asseguradas constitucionalmente. Em regra, presume-se a impossibilidade de pagar as custas, quando a parte apresente declaração de pobreza.

4. Conforme asseverou a referida decisão agravada, o magistrado indeferiu o benefício sob a justificativa de que o recorrente tem rendimentos líquidos que não se enquadram na condição de necessitado.

5. Dessa forma, não existem elementos aptos a desconstituir a declaração de pobreza do agravante, já que o mesmo em suas razões recursais alega que é profissional autônomo (mecânico), que possui renda insuficiente, e que deve ser beneficiado pela gratuidade de justiça, pelo fato de não possuir recursos para arcar com as despesas processuais sem prejuízo dos próprios sustentos.

6. **Recurso provido.** ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos do Agravo de Instrumento nº 0006797-17.2017. Consórcios do Seguro DPVAT S.A, acordam os desembargadores integrantes da 2ª Câmara Extraordinária. DAR PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto do **Relator: Desembargador Bartolomeu Bueno**. Recife, 27 de fevereiro de 2018.

TJPE:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM AÇÃO DEMOLITÓRIA. CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. CONDIÇÕES PARA A FRUIÇÃO DOS BENEFÍCIOS RELACIONADOS À ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. PEDIDO EXPRESSO DE JUSTIÇA GRATUITA QUE, NESTE CASO CONCRETO, É DE SER DEFERIDO.

Praça 15 de Novembro, 124, Centro, Triunfo - PE
CEP: 56.870-000 - Fone/Fax: (87) 3846-1036
hmc.advocacia@gmail.com





PRECEDENTES. RECURSO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. Trata-se de hipótese em que o Juízo singular deixou de receber o recurso de apelação ali aforado pelo ora agravante por falta de preparo. Nesse contexto, a controvérsia em apreço cinge-se à verificação das condições para o deferimento do pedido de justiça gratuita.

2. A jurisprudência nacional tem perfilhado o entendimento de que "Para a concessão do pedido de Justiça Gratuita, suficiente a afirmação da impossibilidade de arcar com as despesas processuais sem prejuízo do sustento próprio e de sua família, mantendo-se a regra do Art. 4º, da Lei nº1.060/50. (...). A assistência judiciária é instituto de alcance social, a garantir o acesso à justiça a todos os cidadãos" (TJPE-Agravo de Instrumento nº 0143145-0, 4ª Câmara Cível, Rel. Des. Jones Figueirêdo Alves, j. em 08/01/2007).

3. A insuficiência econômica da parte pretendente à assistência judiciária é de ser aferida ante as circunstâncias concretas em que se encontra a pessoa (natural ou jurídica) no momento em que formulado o correspondente pedido.

4. Por essa razão revela-se desinfluyente questionar-se, em tese, se o requerente (i) encontra-se, ou não, representado em Juízo por advogado particular (notadamente quando o causídico almeja apenas os eventuais honorários de sucumbência ou a percepção dos chamados honorários contratuais quota litis), (ii) tem, ou não, profissão definida ou (iii) possui, ou não, casa própria.

5. Agravo provido para, confirmando a antecipação da tutela recursal deferida pelo Relator, desobrigar a parte recorrente de promover o preparo em lume e determinar ao Juízo de origem que receba o apelo em foco, conferindo-lhe regular processamento (desde atendidos, por óbvio, os demais pressupostos de admissibilidade)." (TJ-PE - Agravo de Instrumento : AI 70388920118170370 PE 0007308-25.2012.8.17.0000, Relator: Francisco José dos Anjos Bandeira de Mello, 2ª Câmara de Direito Público, Julgamento: 02/08/2012) (Grifamos)





RESSALTE-SE AINDA, QUE NÃO IMPORTA SE O REQUERENTE POSSUI PATRIMÔNIO, RENDIMENTOS, SE CONSTITUIU ADVOGADO PARTICULAR OU ESTÁ NA ABSOLUTA MISÉRIA, PARA QUE SEJA BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA. MISTER SE FAZ QUE, NO MOMENTO, NÃO POSSUA CONDIÇÕES DE ARCAR COM AS CUSTAS E OS HONORÁRIOS, SEM PREJUÍZO PRÓPRIO OU DE SUA FAMÍLIA, CONFORME FAZ PROVA OS DOCUMENTOS ANEXOS AOS AUTOS E ACIMA SUPRACITADOS.

Com efeito, preleciona **Yussef Said Cahali** (1997, p. 155) que:

"O beneficiário da gratuidade não consiste na isenção absoluta de custas e honorários, mas na desobrigação de pagá-los enquanto persistir o estado de carência, durante o qual ficará suspensa a exigibilidade do crédito até a fluência do prazo de cinco anos, a contar da sentença final."

No mesmo sentido, é pacífica a jurisprudência do **Egrégio Superior Tribunal de Justiça – STJ** a respeito do tema, como podemos conferir a seguir:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. SERVIDOR PÚBLICO. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. SIMPLES ALEGAÇÃO. PRESUNÇÃO RELATIVA. ÔNUS DA PROVA. PARTE CONTRÁRIA. CONCLUSÃO DO TRIBUNAL A QUO. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. ÓBICE NA SÚMULA N. 7/STJ. (...). 2. Em se tratando de concessão da assistência judiciária gratuita, a jurisprudência do STJ determina que basta a simples afirmação da parte de que não possui condições de arcar com as custas do processo, sem prejuízo próprio e/ou de sua família, cabendo à parte contrária, por se tratar de presunção relativa, comprovar a inexistência ou cessação do alegado estado de pobreza. (...) 4. Agravo regimental não provido." (STJ, AgRg no Ag 1345625/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/12/2010, DJe 08/02/2011) (Grifamos)

"PROCESSUAL CIVIL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. PRESUNÇÃO DE POBREZA. DESNECESSIDADE DO REQUERENTE COMPROVAR SUA SITUAÇÃO. 1. É desnecessária a comprovação do estado de pobreza pelo requerente, a fim de lograr a concessão da assistência judiciária, sendo suficiente a sua afirmação de que não está em condições para arcar com as custas processuais, presumindo-se a condição de





pobreza, até prova em contrário. 2. Agravo regimental desprovido." (STJ, AgRg no Ag 908.647/RS, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 18.10.2007, DJ 12.11.2007 p. 283) (Grifamos)

Assim, para a concessão dos benefícios da Justiça Gratuita, consoante arestos acima transcritos, é necessário, apenas, simples declaração de hipossuficiência que se concretiza mediante declaração do interessado, no sentido de que não tem meios suficientes para arcar com o custo do processo, sem prejuízo para o sustento próprio e o de sua família, como no caso dos autos, nos termos do art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal c/c a Art. 98 do CPC e da pacífica jurisprudência desse **Tribunal e do Superior Tribunal de Justiça, ressaltando ainda, que a concessão de tal benefício poderá ser revisto ao final do processo.**

Diante do exposto, considerando que os benefícios da Justiça Gratuita, poderão ser revistos ao final do processo, além de que a inicial preenche todos os requisitos legais, em observância ao acesso a Justiça, REQUER a Vossa Excelência a concessão dos benefícios da Justiça Gratuita a parte Autora, para, dando prosseguimento ao feito, determinar a CITAÇÃO do Réu, para contestar a presente ação, caso queira.

NESTES TERMOS,

PEDE E ESPERA DEFERIMENTO.



Princesa Isabel/PB, 18 de Maio de 2020.


HAROLDO MAGALHÃES DE CARVALHO



OAB/PE 25.252

Praça 15 de Novembro, 124, Centro, Triunfo - PE
CEP: 56.870-000 - Fone/Fax: (87) 3846-1036
hmc.advocacia@gmail.com



 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)			Número do boleto: 031.3.20.00311/01
			Data de emissão: 18/05/2020
Nº do Processo:	Comarca: Princesa Isabel	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 31/05/2020
Número da guia: 031.2020.600311 Tipo da Guia: Custas Prévias			UFR vigente: R\$ 51,78
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 103,56 Promovente: ELIZABETE BARBOSA DA SILVA - Taxa Judiciária: R\$ 51,78 Promovido: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT S.A. - Taxa bancária: R\$ 1,35			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. - Para gerar nova guia, acessar app.tjpb.jus.br/custasonline, e escolher opção Consultar Guia.			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 156,69
			Desconto total: R\$ 0,00
866100000011 566909283186 520200531033 132000311010 			Valor final: R\$ 156,69

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			Número do boleto: 031.3.20.00311/01
			Data de emissão: 18/05/2020
Nº do Processo:	Comarca: Princesa Isabel	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 31/05/2020
Número da guia: 031.2020.600311 Tipo de Guia: Custas Prévias			UFR vigente: R\$ 51,78
Promovente: ELIZABETE BARBOSA DA SILVA Promovido: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT S.A.			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
Detalhamento:			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 156,69
			Desconto total: R\$ 0,00
			Valor final: R\$ 156,69

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do banco)			Número do boleto: 031.3.20.00311/01
			Data de emissão: 18/05/2020
Nº do Processo:	Comarca: Princesa Isabel	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 31/05/2020
Número da guia: 031.2020.600311 Tipo de Guia: Custas Prévias			UFR vigente: R\$ 51,78
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 103,56 Promovente: ELIZABETE BARBOSA DA SILVA - Taxa Judiciária: R\$ 51,78 Promovido: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT S.A. - Taxa bancária: R\$ 1,35			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. - Para gerar nova guia, acessar app.tjpb.jus.br/custasonline, e escolher opção Consultar Guia.			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 156,69
			Desconto total: R\$ 0,00
866100000011 566909283186 520200531033 132000311010 			Valor final: R\$ 156,69





Poder Judiciário do Estado da Paraíba
Tribunal de Justiça
Sistema de Custas Online

Guia de Custas Prévias

Nº Guia: 031.2020.600311

Data Vencimento: 31/05/2020

Data Emissão: 18/05/2020

Comarca: Princesa Isabel

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7

Promovente: ELIZABETE BARBOSA DA SILVA

Promovido: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT S.A.

Valor da Causa: R\$ 1.000,00

Despesas Processuais: R\$ 0,00

Custas: R\$ 103,56

Taxa: R\$ 51,78

Total da Guia: R\$ 155,34

Certifico que os dados referentes a comarca, classe, partes, valor da causa e diligências constantes na guia de custas online conferem com os dados constantes na petição inicial, conforme as leis 5.672/92 e 6.688/98.

Servidor

APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA QUANDO DO PROTOCOLAMENTO DA AÇÃO.



Conheça o manejo dos extintores e demais dispositivos de combate ao fogo existentes em seu local de trabalho. Você pode ter necessidade de usá-los algum dia.



Número 97408 Série 00024

Número 5

Esigabete Barbosa da Silva
ASSINATURA DO PORTADOR

ASSINATURA DO PORTADOR



Nome: Elizabeth Barbosa da Silva
 Loc. Nasc.: P. Izabel
 Est.: PB
 Data: 21.02.82
 Filiação: Luiz Viana da Silva
 Doc. Nº: Sent. nº 10.803 juiz 14U. Juiz A.12.
 "2 via"

Chegada ao Brasil em / / Doc. Ident. Nº.....
Exp. em / Estado.....
Obs.:
Data Emissão de SRTE.....
F. Inabel RB

Carlo Azeglio
Assinatura
Carlo Azeglio

(Com relação a nome, est. civil e data nasc.)

Nome.....

Doc.....

Nome.....

Doc.....

Nome.....

Doc.....

Est. Civil.....

Doc.....

Est. Civil.....

Doc.....

Nascimento.....

Doc.....



CONTRATO DE TRABALHO

Empregador.....
 CNPJ/MF.....
 Rua..... Nº.....
 Município..... Est.....
 Esp. do estabelecimento.....
 Cargo.....
 CBO nº.....
 Data admissão..... de..... de.....
 Registro nº..... Fls./Ficha.....
 Remuneração especificada.....

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1ª..... 2ª.....
 Data saída..... de..... de.....

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1ª..... 2ª.....
 Com. Dispensa CD nº.....

CONTRATO DE TRABALHO

Empregador.....
 CNPJ/MF.....
 Rua..... Nº.....
 Município..... Est.....
 Esp. do estabelecimento.....
 Cargo.....
 CBO nº.....
 Data admissão..... de..... de.....
 Registro nº..... Fls./Ficha.....
 Remuneração especificada.....

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1ª..... 2ª.....
 Data saída..... de..... de.....

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1ª..... 2ª.....
 Com. Dispensa CD nº.....





Poder Judiciário da Paraíba
1ª Vara Mista de Princesa Isabel

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0802087-75.2019.8.15.0311

DECISÃO

Vistos, etc.

Defiro a gratuidade de justiça, pois restam presentes os requisitos inerentes à espécie, art. 98 e seguintes do CPC.

Em que pese a matéria discutida nos presentes autos admitir a autocomposição, verifica-se que a parte promovida, em demandas dessa natureza, só propõe eventual acordo após a realização de perícia judicial, de modo que se afigura desnecessária, desaconselhável e prejudicial à celeridade da prestação jurisdicional a designação de audiência inicial de conciliação, quando já se anuncia infrutífera sua realização. Nada impede, por sua vez, que a autocomposição seja obtida no curso da lide, e mesmo como fase preliminar de eventual audiência de instrução (art. 359, NCPC), motivo pelo qual não se vislumbra prejuízo para a ratio conciliadora da novel codificação (art. 3, §3, c/c art. 159, V, do NCPC).

Cite-se a parte promovida para, querendo, oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias.

Se a parte ré não ofertar contestação, será considerada revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (NCPC, art. 344).

INTIMEM-SE E CUMPRA-SE.

PRINCESA ISABEL, DATA E ASSINATURA ELETRÔNICAS

Maria Eduarda Borges Araújo
Juiz(a) de Direito

